

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e oito e vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **48ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 48ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 28/06/21 - Horário: 13h43 às 16h.

Gabriela Artiles (FGV/MPF), Haydee Frota (FGV/MPF), Ivaneia Borges (Comunidade Quilombola Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), José Augusto Gomes (SETADES), Lorena Gontijo (Comitê Pró-Rio Doce MG), Marta Zorzal (UFES), Miriam Porto (SECONT), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES), Verônica Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (IEMA).

Participantes da 48ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 29/06/21 - Horário: 13h41 às 19h.

Acácia Cruz (ATI Rosa Fortini), Ana Carolina Maciel (Renova), Antônio Matheus (Renova), Carlos Alberto (Renova), Carolina Berg (EY), Cláudia Laureth (FLACSO), Daniela Cristina (FBDH), Eliza Costa (Renova), Fernando Matos (Renova), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Guilherme Silveira (Renova), Haydee Frota (FGV/MPF), Iara Morena (Renova), Ivaneia Borges (Comunidade Quilombola Degredo), Jair Aguiar (Renova), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), José Augusto Gomes (SETADES), Leonardo Mansur (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regênciã e Entre Rios), Maria Adriana Barbosa (Renova), Mariana Melo (Renova), Mariana Spalenza (Renova), Marielle Carvalho (ATI Rosa Fortini), Marta Zorzal (UFES), Miriam Santos (FLACSO), Miriam Porto (SECONT/ES), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozemberg (Ouvidor), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES), Vanessa Lacerda (Comitê Pró-Rio Doce MG), Verônica Coutinho (SEGOV/MG), Walquíria Soares (IEMA), Wanessa Rodarte (Renova) e Yasmim Siqueira (ATI ASPERQD).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação das Atas das Reuniões: 47ª RO, 6ª RE e 7ª RE da CT-PDCS.

| | |
|------------------|--|
| Discussão | Após consulta aos membros as atas das 47ª RO, 6ª RE e 7ª RE da CT-PDCS foram aprovadas pelos membros da CT-PDCS, conforme as minutas previamente distribuídas, sem objeção. |
|------------------|--|

3) E.47-3- Apresentação do processo de funcionamento do fluxo ágil.

| | |
|------------------|---|
| Discussão | Fernando Matos realizou apresentação através de arquivo em PPT sobre o funcionamento do fluxo ágil. Mencionou que os <i>slides</i> apresentados vêm sendo utilizados como material de apoio para exposição do tema às comunidades atingidas que pedem informação sobre o tema. Explicou que o processo é colocado em curso por iniciativa dos atingidos que se organizam através das comissões e, coletivamente, demandam à Justiça o reconhecimento dos danos sofridos; que a decisão judicial vale apenas para o território que peticionou, uma vez que há uma determinada Matriz de Danos de responsabilidade da Comissão de Atingidos; que o reconhecimento das Comissões de Atingidos, homologada no eixo 7, tem apenas finalidade indenizatória, diferente das atribuições das comissões locais estabelecidas pelo TAC-Gov; que a maior parte dessas comissões locais não estão em funcionamento, pois o processo de contratação das assessorias técnicas encontra-se judicializado. Elencou as diferenças entre as atribuições das |
|------------------|---|

Discussão

Comissões Locais e as Comissões de Atingidos. Citou que o fluxo ágil foi criado e implementado a partir de uma decisão do juiz da 12ª Vara Federal em agosto de 2020, e que funciona através do Portal do Advogado, plataforma disponível no site da FR somente para advogados e defensores públicos. Evidenciou sobre a obrigatoriedade que o atingido tenha um representante legal e que os atingidos dos municípios para os quais tenha decisão judicial, com mais de 16 anos na época do rompimento, podem participar do processo, desde que tenham solicitado ou concluído seu cadastro na FR, declarando os danos a eles causados até 30 de abril de 2020, prazo estabelecido e encerrado pela justiça; que os atingidos poderão livremente decidir por ingressar no novo sistema indenizatório, ou poderão optar pelo PIM, ou ajuizar ação individual. Apontou que após a aprovação da indenização integral através do fluxo ágil, o atingido não poderá entrar com outra ação, vez que o modelo de sistema indenizatório exige assinatura de termo de quitação ampla e definitiva a todas as pretensões financeiras decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, inclusive o encerramento do AFE, no presente e no futuro. Mencionou que o fluxo ágil atende principalmente a categorias de trabalhadores informais ou atingidos que tenham dificuldades na comprovação de danos. Explicou os passos sobre o processo de adesão ao fluxo ágil e destacou que a FR não fornece serviço de advogados para atender aos atingidos. Fernando destacou que após a homologação pelo Juízo a indenização é paga em até 10 dias úteis, havendo descontos do imposto de renda, das indenizações já recebidas pelo mesmo dano e dos honorários do advogado; que a FR retém no máximo 10% a título de honorários advocatícios, e que não interfere, controla ou fiscaliza a negociação entre atingidos e advogado. Luciana Souza ressaltou a pressão sofrida pelos atingidos, em relação à cobrança abusiva dos valores pelos advogados; que os advogados não cobram somente 10%, e chegam a cobrar 20% e 30%. Disse que é muito difícil a busca por um defensor público; que percebe a formação do corporativismo dos advogados, um esquema para captação de clientes e que o atingido se sente refém deles. João questionou sobre a forma como o percentual de 27% do imposto de renda vem descontado no valor final da indenização pelo fluxo ágil. Pedro Strozemberg corroborou com a manifestação de Luciana e disse que recebeu manifestações semelhantes na ouvidoria. Com relação à proposta de captação de clientela por parte dos advogados, Fernando sugeriu que fosse feita uma denúncia à OAB e disse que a FR não poderia atuar sobre essa questão. Joana Nabuco concordou que o atingido deve denunciar o profissional à OAB, mas que não é suficiente que a FR trate os fatos como um problema entre advogado e atingido, e que é, sim, implicação da FR tal situação. Perguntou quanto à veiculação de esclarecimentos aos atingidos, com relação ao desconto de 10% referente aos honorários advocatícios, e quais as medidas efetivas tomadas pela FR para que os atingidos saibam que não devem pagar além desse percentual. Ana Carolina explicou que a equipe tem feito várias reuniões para esclarecimentos, algumas delas a pedido de pessoas atingidas e outras provocadas pela FR, com as lideranças e nas comunidades; que estão atentos às principais dúvidas e questionamentos; que a equipe tem produzido materiais escritos e áudios para ampla circulação no *WhatsApp* para alertar a comunidade; que as pessoas procuram muito as equipes, os canais e a ouvidoria quando recebem informações duvidosas. Fernando informou que foram realizadas mais de 40 reuniões virtuais, para elucidação dos questionamentos. Pontuou que poderiam existir ações móveis das defensorias para atendimento aos atingidos nos territórios e concordou que a FR tem uma responsabilidade, mas limitada. Haydee Frota pontuou que toda a apresentação realizada na CT-PDCS é com foco na interface da participação, do controle social e contextualizou sobre a vulnerabilidade dos atingidos na situação apresentada. Saliou que o mais preocupante em seu ponto de vista é o acesso à justiça por parte dos atingidos, e que o ônus da prova ser do atingido já é algo de causar espanto. Questionou de quem seria a responsabilidade em orientar sobre as questões do sistema indenizatório aos atingidos, se não à FR. Pontuou sobre o cuidado na apresentação aos atingidos, pela FR, quanto às questões apresentadas por Fernando à CT. Fernando partilhou que o ideal seria que todos os territórios tivessem sua Comissão Local, e não a Comissão de Atingidos, e que cada comissão tivesse a sua Assessoria Técnica. Pedro fez suas considerações e ponderou que no fluxo ágil, modelo de indenização judicial, os advogados se tornaram os protagonistas. Luciana Souza

| | |
|---|---|
| Discussão | contextualizou sobre a experiência dos atingidos no seu território em relação ao fluxo ágil e mencionou que ficaram reféns desse sistema. João Paste colocou a CT à disposição para ser parte da tentativa de reposicionamento do tema junto ao CIF, e destacou que, em seu ponto de vista, a chance de revisão desse processo encontra-se na repactuação que está em curso. O Coordenador da CT agradeceu ao Fernando Matos pela apresentação realizada e solicitou que enviasse o arquivo apresentado ao secretariado para partilha com os membros da CT, demais participantes da reunião e arquivo na CT. |
| Encaminhamento | E.48-1- Encaminhar ao secretariado a apresentação realizada na 48ª RO sobre o fluxo ágil. Responsável: FR Prazo: imediato. |
| 4) E.7RE-2 - Apresentação do Regimento da Curadoria do CIT. | |
| Discussão | João Paste mencionou que a proposta do Regimento da Curadoria foi discutida na 7ª RE e informou que as contribuições realizadas pela CT no documento foram encaminhadas à equipe da FR. Iara Morena partilhou que as contribuições recebidas foram fundamentais e que todas elas foram incorporadas ao documento inicial. Comentou sobre os ajustes realizados no regimento e disse que encaminharia o documento para análise da CT. Não houve apresentação. João expôs que aguardava o encaminhamento do documento para que a CT pudesse submeter a proposta ao CIF e frisou que o Regimento da Curadoria deve ser entendido como parte do documento que institucionalizará o CIT. Iara questionou sobre as agendas do Órgão Colegiado de Curadoria. João disse que, em seu entendimento, após o tema ser deliberado pelo CIF na próxima RO e antes de 30 de agosto, que é o prazo indicado pela FR para o lançamento do repositório ao público, deveria ser realizada a primeira reunião do Colegiado para início dos trabalhos. |
| Encaminhamento | E.48-2- Encaminhar o Regimento da Curadoria à CT-PDCS, com os ajustes, para análise final e envio à Secex, para inclusão na pauta do CIF. Responsável: FR Prazo: imediato; CT-PDCS. Prazo: 8 de julho. |
| 5) Encaminhamentos da 47ª RO: E.47-1- Apresentação de proposta de adequação dos CIAS de Mariana, GV e Regência como espaço fixo temporário do CIT. E.47-2- Apresentação de cronograma e da metodologia do processo de escuta aos atingidos para os registros de suas histórias e memórias. E.47-4- Apresentação das atualizações das tratativas internas e do cronograma detalhado referente à Plataforma Georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico. | |
| Discussão | Iara partilhou sobre pedidos de agendamento de uma reunião com a Prefeitura Municipal de Mariana, para a retomada das discussões sobre o espaço físico do CIT de Mariana, e comentou sobre a dificuldade desse agendamento. Em relação ao espaço físico do CIT de GV, Iara pontuou que a Prefeitura Municipal indicou a praça pública Getúlio Vargas para implantação e que não havia impeditivo fundiário ou na legislação municipal, para construção na área pública indicada; que no momento a FR está realizando um estudo topográfico para vislumbrar se há algum impeditivo nesse sentido; que no momento estavam construindo o instrumento jurídico para a formalização da parceria com GV. Sobre o CIT de Regência, Iara relatou que foi solicitada reunião com o ICMBio para apresentação dos ajustes no projeto executivo realizados pela equipe de engenharia da FR; que finalizaram a minuta do termo de parceria e o plano de trabalho, mas que irão protocolar no ICMBio após a reunião pleiteada. Em relação ao encaminhamento E.47-1 - Apresentação de proposta de adequação dos CIAS de Mariana, GV e Regência como espaço fixo temporário do CIT , Iara apresentou em <i>slides</i> os objetivos da proposta dos pontos de acesso dos CITs nos CIAs, a proposta dos equipamentos necessários, da comunicação visual, os processos e prazos de implantação desses pontos de acesso. Carlos exibiu a proposta dos modelos/soluções de cabines de acesso e das sinalizações com a identidade visual que corresponda aos CITs. Ana Carolina expôs que seria uma solução intermediária, até o término da formalização das parcerias com os três municípios. João externou que a proposta apresentada trazia avanços; reiterou que a entrega dos CITs estava atrasada, mas que devido a pandemia, existia a expectativa do |

Discussão

retorno não ser tão rápido à vida presencial e que a adaptação dos espaços dos CIAs, em grande parte, seria apoio para o uso remoto, através das ferramentas tecnológicas; que a garantia de preservação da autonomia de cada um dos programas deve ser observada no processo de adaptação dos espaços; que a autonomia dos trabalhos nos CIAs e no Programa de Informação para a População não pode ser reduzida; que não conhece os espaços físicos dos CIAs, mas presume a necessidade de que a equipe da FR amplifique os cuidados, para que consigam dispor de duas identidades distintas numa mesma edificação; que todo mobiliário adquirido seja reaproveitado no espaço físico definitivo dos CITs, posteriormente. Mencionou que acha possível que a equipe da FR avance na proposta de adequação transitória dos CITs, tendo em vista o trabalho realizado de descentralização, porém ressaltou que os esforços para as tratativas com a Prefeitura de Mariana precisavam ser mantidos. Ana Carolina solicitou orientação de como formalizar essa estratégia no escopo do PG 35. João disse que, no seu entendimento, a FR deveria fazer essa formalização através de um documento de definição com a apresentação das justificativas, estabelecendo um prazo para tal medida intermediária e juntando toda a documentação relacionada às tratativas e aos projetos num anexo específico. Sobre o encaminhamento **E.47-2- Apresentação de cronograma e da metodologia do processo de escuta aos atingidos para os registros de suas histórias e memórias**, Carlos Alberto destacou em sua apresentação realizada em arquivo PPT, as narrativas territoriais para colheita de histórias e memórias, ação da descentralização e itinerância prevista para 2021, que compreende cinco oficinas com as comunidades atingidas, envolvendo seis territórios, mentoria com acompanhamento de projetos coletivos, elaboração de materiais audiovisuais e gráficos sobre a história das comunidades e uma abordagem da educomunicação. Evidenciou as mostras de narrativas territoriais, com apresentações de vídeos e livretos produzidos pelos participantes, que será conteúdo para o repositório. Abordou brevemente sobre as narrativas acadêmicas. Relatou que a equipe está no processo de construção do cronograma, com previsão de início dos trabalhos em agosto. Destacou ainda que as atividades de descentralização e itinerância, que alimentarão o repositório, estarão nos relatórios que serão encaminhados ao Órgão Colegiado de Curadoria. Iara destacou a parceria com a equipe de comunicação no processo. Walquíria perguntou se nas oficinas seriam coletadas as memórias orais e se a equipe da FR estaria articulando sobre as memórias em relação aos patrimônios históricos, com a CT-ECKET. Carlos Alberto informou que esse processo compreende principalmente a memória oral, e que o repositório acolherá áudios e vídeos. Iara mencionou que compartilharam a proposta da realização das oficinas com a equipe do PG 12 e que o material produzido pelo PG 12, também será conteúdo para o repositório. A Prof.^a Marta perguntou se seriam cinco oficinas em cada território, ou cinco oficinas para os seis territórios. Sugeriu a inclusão de antropólogo nas oficinas de coletas de memórias, profissional que trabalha com cartografia social, tecnologia acadêmica importante na organização de memórias. Solicitou que na abordagem da educomunicação envolvam sobretudo as escolas de ensino médio, para a garantia da perenidade e reflexão do processo, envolvendo os alunos e o corpo docente; que seja incluída a pluralidade de etnias, além da pluralidade de gênero, como metodologia para trabalharem nas oficinas. Destacou sobre o cuidado na produção dos documentos pela equipe do programa, pois tem observado a tonalidade de publicidade, uma maquiagem, em outros documentos analisados. Carlos expôs que as considerações da prof.^a Marta foram excelentes e explicou que serão cinco oficinas para os seis territórios. Luciana Oliveira salientou que a equipe do programa deveria estar atenta quanto à singularidade das comunidades e a valorização dos mestres populares. Iara relatou que as escolhas metodológicas foram feitas para um primeiro ciclo e que não estavam fechados às contribuições para ajustes e redirecionamentos. João requereu que as contribuições apresentadas pela CT fossem incorporadas no arquivo a ser remetido à CT. Mencionou que ficou explícita a necessidade de demonstrar a interface com o PG 33 - Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, além do PG 03, PG 04 e PG 12 no documento, dentre outros. A discussão do ponto de pauta **E.47-4- Apresentação das atualizações das tratativas internas e do cronograma detalhado referente à**

| | |
|--|--|
| | Plataforma Georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico foi adiada para a próxima Reunião Ordinária. |
| Encaminhamento | E.48-3- Encaminhar o arquivo em PPT apresentado pela equipe do PG 35 sobre a metodologia do processo de escuta aos atingidos, para os registros de histórias e memórias, com os ajustes sugeridos pela CT. Responsável: FR Prazo: imediato. |
| 6) E.7RE-3 - Apresentação dos Indicadores do PG 35 com as complementações sugeridas. | |
| Discussão | Iara Morena expôs que a equipe realizou um resgate dos indicadores da antiga definição do programa; que construíram o documento para garantir que os indicadores contemplem os processos estratégicos e as principais entregas do PG 35, a descentralização, a itinerância, o repositório e os espaços físicos; que realizaram ajustes no documento a partir das sugestões dos membros da CT. Guilherme Silveira relatou brevemente os ajustes feitos no documento dos indicadores, sugeridos na 7ª RE da CT-PDCS. Mencionou que foi consolidada uma proposta com oito indicadores, estruturada em 3 eixos principais; que deixaram mais claro no documento, quais seriam as fontes de informação, as medidas adotadas para gerar o resultado de cada indicador e o que cada indicador estaria avaliando; e que para cada indicador proposto, seguia uma ficha metodológica. Iara comunicou que o documento seria disponibilizado para análise da CT. |
| Encaminhamento | E.48-4- Encaminhar o documento sobre os indicadores do PG 35, com os ajustes sugeridos pela CT, apresentados na 48ª RO. Responsável: FR Prazo: imediato. |
| 7) E.47-6- Apresentação dos indicadores do PG 06. | |
| Discussão | Iara Morena iniciou a apresentação pelos indicadores do pilar de diálogo e contextualizou brevemente sobre os indicadores e o status de cada um. Referente ao mês de maio, Iara compartilhou que a média mensal foi de 36 reuniões. Destacou que tiveram 203 encaminhamentos definidos em reuniões coletivas no território, referente ao mês de maio. Comentou sobre o planejamento interno da equipe para mensuração dos indicadores que demandam as pesquisas e explicou sobre o formulário de pesquisa disponibilizado aos participantes através de <i>link</i> no chat das reuniões, com o caráter confidencial. Iara apresentou os resultados apurados, relativos ao mês de maio, de cinco indicadores do pilar de canais de relacionamento. Relatou que o <i>Indicador número de manifestações recorrentes</i> estava em mensuração e que <i>três indicadores referentes aos CIAs</i> continuavam com a mensuração suspensa, tendo em vista o fechamento dos espaços físicos, considerando a pandemia e o trabalho remoto. Iara esclareceu, conforme e-mail enviado à CT anteriormente, que houve um equívoco na versão do documento de definição do PG 06 enviada à CT e ao CIF, pois a versão enviada não contemplou as atualizações dos indicadores 1.18, 1.19, 1.16 e 1.9/1.15; e reafirmou que foram mantidos o conceito e a estrutura de mensuração detalhada nas fichas técnicas desses Indicadores. Iara solicitou a substituição do documento de definição do PG 06, na deliberação do CIF. Considerando que os membros da CT não manifestaram objeção e por tratar apenas de ajuste na redação, João indicou que a FR deveria enviar a versão atualizada do PG 06 à Secex, com cópia para a CT-PDCS, solicitando a substituição do documento anexo às Deliberações CIF nº 505 e nº 506 e que a coordenação da CT manifestará concordância para que seja feita a substituição. Não foi apresentado os indicadores do pilar ouvidoria e comunicação. |
| Encaminhamento | E.48-5- Encaminhar o documento atualizado de definição do programa à Secex, com cópia para a CT-PDCS, com solicitação de substituição do documento anexo às Deliberações CIF nº 505 e nº 506. Responsável: FR Prazo: imediato. |
| Encaminhamento | E.48-6- Preparação e apresentação dos indicadores do PG 06. Responsável: FR Prazo: próxima RO. |
| 8) E-46.1 – Apresentação de proposta de metodologia para oficinas de participação e controle social | |

(PG 06).

Discussão

Iara partilhou que seriam ao todo 14 Planos de Ação Territorial, tendo em vista a proposta de territorialização validada com a CT; que entregaram 10 Planos de Ação Territorial e que os outros quatro planos estavam em discussão, com previsão de finalização em julho. Enfatizou que os planos de ação ocupam um lugar central na gestão e no planejamento de cada um dos territórios. Realizou apresentação em arquivo PPT e contextualizou sobre o que são os Planos de Ação, sua produção e como são definidas as agendas temáticas prioritárias da reparação e compensação. Evidenciou o ciclo de participação social e a validação dos planos de ação. Por meio dos Fóruns de Prestação de Contas, que envolvem um ou mais temas trabalhados nos Planos de Ação dos microterritórios, Iara partilhou que os participantes podem validar, complementar ou indicar readequações necessárias. Disse que através de reuniões em caráter coletivo são gerados encaminhamentos que estabelecem elementos para a atualização e a complementação dos planos. Ana Carolina questionou se podiam avançar na elaboração dos Planos de Ação e se os planos seguiam em conformidade com a Nota Técnica nº 25. João mencionou que a apresentação foi rápida e tinha dúvida se a apresentação respondia integralmente a Deliberação CIF nº 506; que a metodologia estava rica, mas faltavam itens elencados na deliberação; que a CT deveria analisar mais criteriosamente a metodologia apresentada; que não foi apresentada uma cronologia, em linha com os prazos estabelecidos na deliberação e que isso deveria ser ajustado. João sugeriu que a equipe avalie a necessidade de participação de um moderador externo na realização das oficinas. A Prof.ª Marta questionou à representante da FR se os planos já enviados à CT foram elaborados com a metodologia apresentada. Iara indicou que sim. A Prof.ª Marta considerou que nos planos de ação enviados a CT variavam muito o padrão, e que estavam muito genéricos; que não conseguiu evidenciar no Plano de Ação de Linhares e Sooretama o ciclo de participação, exposto na apresentação feita. João concordou com a prof.ª Marta sobre as evidências na análise dos planos. Ana Carolina disse que seguiram a mesma metodologia; que existe a especificidade de cada território; que enviariam o material para análise da CT, quanto ao processo de construção metodológica dos planos; que na perspectiva dos programas tinha a percepção de que a equipe precisava detalhar mais. João solicitou que fosse construída uma metodologia que responda ponto a ponto da Deliberação CIF nº 506, definindo um plano de trabalho; reiterou a sugestão de contarem com um moderador, que haja mobilização de todas as equipes dos programas, das câmaras técnicas, das assessorias técnica e dos atingidos para participação em oficinas para validação dos processos, das políticas, das ações e da própria microterritorialização feita. Ana Carolina considerou a realização de uma oficina piloto. João concordou com a proposta e disse que a CT daria a devolutiva da avaliação dos planos de ação na próxima reunião ordinária. João pontuou que a deliberação demanda que haja informação por município e não por território.

Encaminhamento E.48-7 – Apresentar proposta da metodologia para implementação integral da Deliberação CIF nº 506, com destaque para as informações por Município e os Planos Territoriais. **Responsável:** FR. **Prazo:** próxima RO.

Encaminhamento E.48-8 – Apresentar a devolutiva sobre os Planos de Ação dos Territórios. **Responsável:** CT-PDCS. **Prazo:** próxima RO.

9) E.7RE-1 - Apresentação das alterações do documento de definição do PG 36.

Discussão

Leonardo Mansur mencionou sobre a expectativa da constituição do GT, definido na Deliberação CIF nº 506. João Paste disse que acionaria o apoio da SECEX para a constituição do GT. Leonardo Mansur propôs uma agenda para tratar do assunto. Ficou acordado que a FR encaminharia por e-mail uma proposta de data para a Reunião Extraordinária, para a próxima semana. João fez o convite para que todos os presentes participassem da reunião proposta. A discussão do ponto de pauta **E.7RE-1 - Apresentação das alterações do documento de definição do PG 36** foi adiada para a próxima Reunião

| | |
|-----------------------|--|
| | Extraordinária. |
| Encaminhamento | E.48-9- Agendar Reunião Extraordinária para apresentação do encaminhamento E.7RE-1 e discussão do processo de organização do GT, conforme estabelecido na Deliberação CIF nº 506/21. Responsável: Secretariado. Prazo: próxima semana. |

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 48ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezenove horas.